

Congelamento das transferências da União é aceito pelo governo federal

por Marcos Magalhães
de Brasília

A proposta de congelamento por dois anos das transferências a estados e municípios, nos mesmos níveis de 1993, ganhou na sexta-feira a adesão da subcomissão de ajuste fiscal da Câmara ligada à comissão especial do plano de estabilização econômica - e do próprio governo. A informação é do deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), coordenador da subcomissão, que ainda prevê negociações em torno da possibilidade de se garantir um aumento real de 5% nas transferências.

Segundo Ponte, o congelamento foi bem recebido pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha. "Ele bateu o martelo a favor da proposta e disse que, da parte do governo, não há nenhum problema em adotá-la", relatou o deputado. Durante os próximos dias, a equipe econômica fará simulações sobre os efeitos de um eventual aumento de 5% nas transferências, para balizar as negociações políticas no Congresso.

"A manutenção das transferências a estados e municípios ao mesmo nível de 1993 será um incentivo para o governo buscar um aumento de sua arrecadação", prevê Ponte. "Se antes a União contaria automaticamente com a retenção de 15%, agora ela só terá acesso a esses recursos se tiver uma receita maior", compara.

Ao lançar o plano de estabilização, o ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, sustentou que governadores e prefeitos não deveriam temer a retenção de 15% das transferências para estados e municípios, porque a própria arrecadação federal deveria subir 15% em 1994. Dependendo do aumento real de receita da União, os cofres federais podem receber mais ou menos recursos do que o previsto inicialmente.

"Não me importo se o dinheiro chega por um lado ou por outro, desde que estados e municípios não sejam penalizados", disse o deputado Gonzaga Mota (PMDB-CE), relator da comissão, ao conhecer a proposta.

Satisfeito com a tese de manter em níveis reais as

transferências, Gonzaga pretende agora sugerir que o eventual aumento real de 5% seja diferenciado. Na sua opinião, a maior parte desses recursos deveria ser encaminhada aos estados e municípios mais pobres.

Ponte tem outra preocupação. Ele pretende submeter à subcomissão a sugestão de manter também os salários do funcionalismo em 1994 e 1995 nos mesmos valores de 1993. O deputado acredita que a reposição de 90% da inflação aos funcionários em maio, perto da época prevista para a efetiva implantação do plano de estabilização, poderia aumentar bruscamente as despesas do governo e colocar todo o esforço anterior a perder.

POLÍTICA MONETÁRIA

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, encontra-se nessa segunda-feira com os parlamentares da subcomissão de política monetária da Câmara, para discutir a implantação da Unidade Real de Valor (URV) e a sua futura con-

versão em moeda. Ainda na sexta-feira chegaram ao coordenador da subcomissão, deputado Aldo Rebelo (PCdoB), as primeiras explicações técnicas sobre o processo.

Segundo documento elaborado por Gustavo Franco, diretor da área externa do Banco Central, e enviado à subcomissão, a conversibilidade da nova moeda em dólares estará sujeita a regras e poderá ser temporária. Apenas o papel moeda poderá ser convertido, o que não se aplicaria aos depósitos a vista e de poupança. Franco adianta também que diversos controles cambiais serão preservados, "sem prejuízo da continuidade do movimento cauteloso de desregulamentação ora em andamento".

O texto enviado à subcomissão admite que a emissão da nova moeda poderá estar associada às variações nas reservas internacionais, mas adverte que o governo pretende "evitar automatismos ligando a emissão ao setor externo e ao Tesouro". De acordo com as explicações sobre a conversão dos salários, a equipe econômica estaria buscando um "realismo necessário para que o programa de estabilização não seja comprometido".

A questão dos salários deverá ser posta na ordem do dia pelo coordenador da subcomissão durante a audiência do presidente do Banco Central. "Precisamos debater as consequências da implantação dessa moeda estável para o povo e para o País", argumenta Aldo Rebelo.